

# Da costa ocidental africana a Lisboa:

## o comércio de escravos nos séculos XV e XVI

Arlindo Manuel Caldeira

Em 1441, Antão Gonçalves e Nuno Tristão trouxeram ao Infante D. Henrique, os primeiros escravos “filhados” na costa de África a sul do Bojador. Zurara, com a vantagem de já saber o que aconteceu a seguir, imagina a “ledice” (a alegria) que o Infante deve ter sentido ao receber aquela dúzia de cativos, o que leva o cronista a dizer, dirigindo-se ao próprio D. Henrique: “Cobravas ledice não pela quantidade daqueles, mas pela esperança que tinhas dos outros que podias haver!” (Zurara, cap. XIV). O prognóstico cumpriu-se logo que se aprofundaram os contactos com os azenegues mas os resultados ganhariam maior consistência quando os navios portugueses chegaram, em 1444, à foz do rio Senegal e continuaram, depois, pela “terra dos negros”, e, sobretudo, quando alcançaram, trinta anos mais tarde, o golfo da Guiné e o muito povoado delta do Níger. Antes que terminasse o século XV, os portugueses tinham explorado toda a costa ocidental de África e confirmado que o comércio de escravos podia ser uma actividade economicamente muito compensadora. Com sucessos e falhanços, nomeadamente no relacionamento com os potentados africanos, ir-se-iam definindo os lugares estratégicos que se tornaram as escáfulas principais do tráfico atlântico de escravos. Simultaneamente, foram sendo canalizadas para Portugal, quer para Lisboa quer para outros portos, sobretudo algarvios, quantidades cada vez maiores de mão-de-obra africana, uma parte da qual era reexportada para o mundo mediterrânico, com a participação muito activa de mercadores-banqueiros italianos. Em 1512, o rei D. Manuel I proibiu que fossem desembarcados fora de Lisboa quaisquer escravos trazidos a Portugal, o que deu à capital uma centralidade nesse tráfico que se reflectiu no quadro institucional desenvolvido em volta da Casa da Mina e Índia. No entanto, o “infame comércio” que se dirigia à Europa seria sempre numericamente insignificante quando comparado com o tráfico atlântico que, a partir das primeiras décadas do século XVI, passou a ligar directamente a África ao continente americano.



Fig. 1 - Grilheta de escravo

### 1. OS PORTOS DE ORIGEM

#### 1.1. A feitoria de Arguim

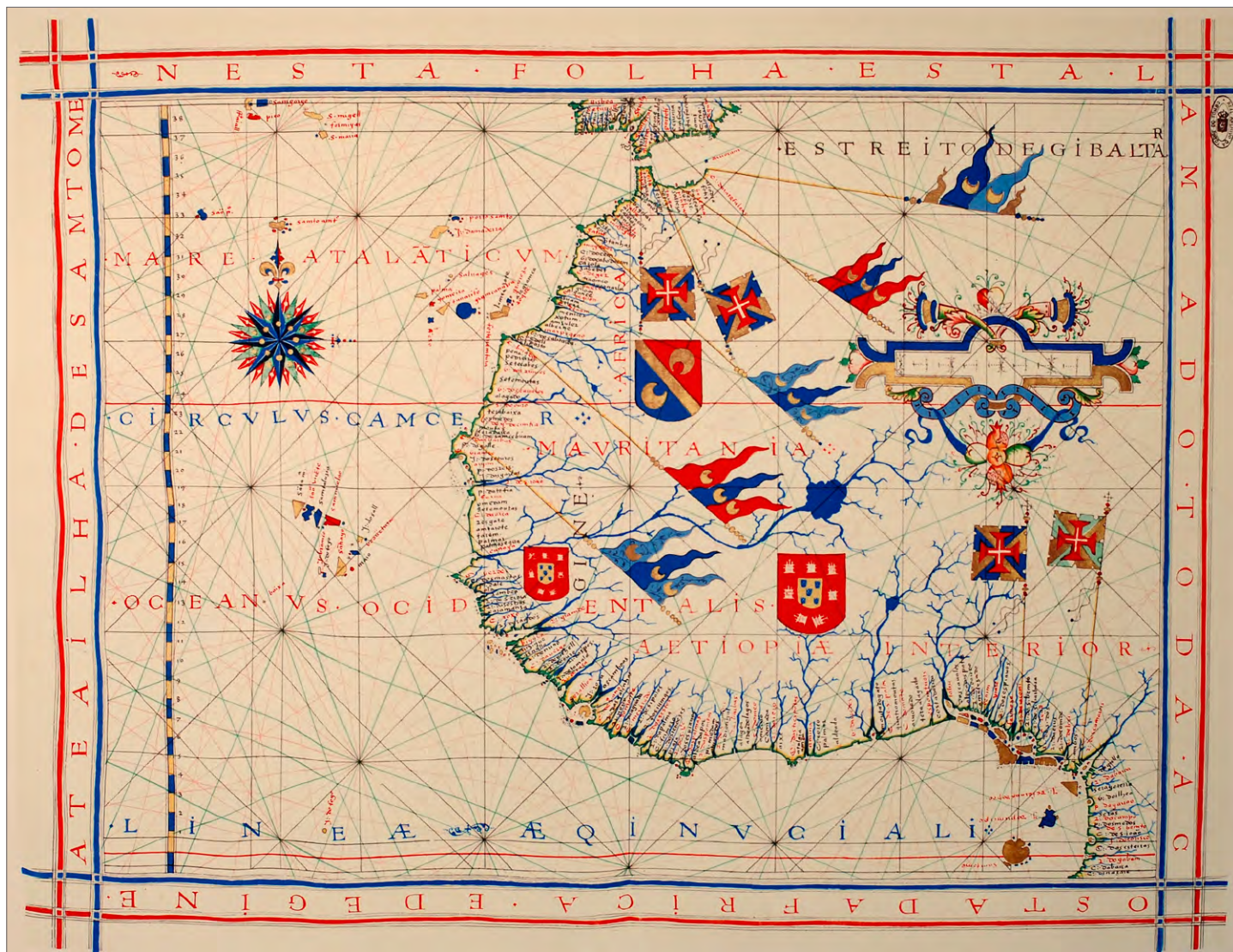
Depois de várias expedições terem explorado o golfo de Arguim (na actual Mauritânia), foi possível escolher o melhor local para instalar um ponto fixo de comércio: a pequena ilha com o mesmo nome, no extremo nordeste do golfo, a sueste do cabo Branco. Não se tratava de uma base para *raids* predatórios, que a mesma região já conheceria, mas sim de um entreposto para o desenvolvimento de relações pacíficas com os azenegues, de forma a conseguir atrair um dos braços do comércio caravaneiro procedente da África a sul do deserto do Sara. Era a primeira feitoria portuguesa na costa ocidental africana, e em 1455, por iniciativa do infante D. Henrique, iniciou-se a sua protecção por uma fortaleza, concluída cerca de uma década depois, já após a sua morte. As caravelas levavam para Arguim tecidos, cereais e cavalos, e voltavam com ouro e também com muitos escravos negros. Viriam anualmente para Portugal, diz Cadamosto, 700 a 800 escravos, no período imediatamente anterior a 1460. Para esse período, o quantitativo médio é provavelmente exagerado, ainda que, com quebras pontuais, pareça ser certa uma tendência de crescimento desde a fundação até à década de 1520. Entre 1499 e 1501, entrou na feitoria uma média anual de 257 escravos e de Agosto de 1508 a Junho de 1511, a média anual foi superior a 500 (Godinho 1984, p. 157). António de Almeida Mendes identificou, para os anos de 1512-1520, que

parecem ser os de maior tráfego, 51 viagens saídas de Arguim, com um total de 6 306 escravos embarcados, o que dá uma média de cerca de 700, sendo atingido, no melhor dos anos (1519) um máximo de 1696 pessoas (2004, p. 20 e 29-30). A decadência da presença portuguesa em Arguim, que se começou a fazer sentir a partir de 1530, teve a ver com o sucesso das relações directas com as populações negras subsarianas, que permitia dispensar a intermediação mauritana.

## 1.2. As ilhas de Cabo Verde

Para o domínio do comércio de escravos na Senegâmbia (a região entre o rio Senegal e o rio Gâmbia) e esperando vir, assim, a ter acesso ao ouro de Tombuctu, o rei D. João II planeou a instalação, em 1488, de uma feitoria-fortaleza na embocadura daquele primeiro rio. A concretização desse projecto insere-se no conhecido episódio de D. João Bemoim, um dos presuntivos herdeiros do

Fig. 2 – Carta náutica de Fernão Vaz Dourado (c. 1520 - c. 1580), incluída num atlas desenhado em 1571. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.



reino do Jalofo, cujos reis eram conhecidos por “grãos jalofo”. Bemoim (Bumi Djelen), aproveitando os contactos que tinha com comerciantes portugueses, enviou um sobrinho a Lisboa, com uma oferenda de 100 escravos e de uma grossa manilha de ouro, pedindo ao rei português D. João II apoio militar nas suas pretensões ao trono. O rei português terá respondido não poder apoiá-lo enquanto ele não fosse cristão, coisa que não quisera fazer até aí, e enviando-lhe missionários para a sua conversão. No entanto, nesse interim, no campo das lutas internas pela sucessão, as coisas tinham corrido mal a Bemoim que, com um grupo de apoiantes, tivera de

ir acolher-se, fazendo 70 léguas, à fortaleza de Arguim. Daí veio a Lisboa, tendo sido acolhido por D. João II, com solenidade e festejos que não estavam longe dos que seriam dispensados a um verdadeiro monarca. Foi baptizado, tendo por padrinhos o rei e a rainha (recebeu, por isso, o nome de João), e armado cavaleiro com direito a brasão de armas. Foi-lhe prometido e concedido auxílio militar, tendo regressado ao Senegal numa armada de 20 caravelas, sob o comando do fidalgo da Casa Real, Pero Vaz da Cunha, que levava, além de soldados, artesãos e missionários, pedra e madeira lavradas destinadas à construção da futura fortaleza.

Fig. 3 – Cidade Velha na Ilha de Santiago (Cabo Verde), numa gravura de Walter Bigges. In *A summarie and true discourse of Sir Frances Drakes West Indian Voyage*. Londres, 1589.



Esta ainda começou a ser levantada mas, de repente, tudo se precipitou, tendo o capitão-mor português matado, à punhalada, D. João Bemoim, acusando-o de traição, e dado ordens para a armada regressar imediatamente à pátria. D. João II parece ter ficado verdadeiramente chocado com esses procedimentos, mas a verdade é que Vaz da Cunha nunca foi castigado, o que levanta dúvidas sobre o que terá, de facto, acontecido. Fosse como fosse, o projecto da feitoria na Senegâmbia sossobrava definitivamente (Mota, 1971; Rema, 1989). O plano joanino de estabelecer ao longo da costa ocidental de África uma linha de feitorias fortificadas

que pudessem assegurar o fornecimento directo de escravos a Portugal teve outro insucesso na Serra Leoa. Chegou a edificar-se uma fortaleza no extremo ocidental da Serra, na margem do rio de Bintombo ou Mintombo (que é, na realidade um braço de mar) a cinco léguas da “foz”, “a qual depois por algumas causas [D. João II] mandou derribar”. Que causas fossem, Duarte Pacheco Pereira, que dá essa informação, não esclarece (1956, p. 80). Foi nestas circunstâncias que o arquipélago de Cabo Verde ganhou uma importância estratégica cada vez maior, como entreposto no tráfico de mão-de-obra escrava. As dez ilhas do arquipélago de Cabo Verde (todas

Fig. 4 – Pormenor do Golfo da Guiné no planisfério português anónimo concluído em outubro de 1502 em Lisboa, conhecido por “mapa de Cantino”. Biblioteca Estense e Universitaria, Modena.



elas desabitadas) foram sendo descobertas entre 1456 e 1462 e, logo neste último ano, se fizeram diligências para o seu povoamento.

Como forma de atrair povoadores, o rei D. Afonso V concedeu aos moradores de Santiago vários privilégios, entre os quais o livre comércio com a costa da Guiné (com excepção de Arguim), prerrogativa que foi, alguns anos depois, definida com maior rigor e restringida à região entre o rio Senegal e a Serra Leoa. Trata-se, ainda assim, de uma extensão de mais de mil quilómetros, que, devido à predominância de bacias fluviais, os portugueses designavam, globalmente, por “rios de Guiné” ou “rios de Guiné do Cabo Verde” (Carreira 1984, p. 5 e 11-17).

Um número relativamente grande de navios fazia o comércio entre a ilha de Santiago e a costa da Guiné: 14 embarcações em 1514 e 16 em 1515, levando, para o escambo, sobretudo cavalos e algodão, que eram produção local. No regresso, traziam milho, marfim e cera, mas sobretudo escravos: 1354 em 1514, 1424 em 1515. Uma parte desses escravos ficavam no próprio arquipélago, outra parte era embarcada para Castela em navios castelhanos, a maioria, porém, era enviada directamente para Portugal: dos 3160 escravos recebidos em Cabo Verde nos anos de 1513-1515, 520 seguiram para Castela e cerca de 2000 para Portugal. Os navios que se dirigiam a Portugal raramente levavam, no entanto, escravos como carga única, sendo os carregamentos completados com algodão e couros de produção local (Santos e Torrão 1989, p. 531-533 e 540-541).

### 1.3. O reino do Benim

A baía do Benim está incluída no segmento de costa que, não é difícil calcular porquê, os portugueses designavam por Costa dos Escravos. Os primeiros contactos com essa faixa litoral remontam ao tempo do contratador Fernão Gomes. No começo de 1480, já um corsário francês, Eustache de la Fosse, encontrou no chamado rio dos Escravos um navio português que carregava escravos destinados a São Jorge da Mina (Mota 1952, p. 525). Seria, porém, só em 1485 que João Afonso de Aveiro subiria, pela primeira vez, o rio Formoso (*Benin River*) e entabularia contactos directos com o reino do Benim. Situado na parte sudoeste da actual Nigéria, o reino era um dos mais poderosos estados da África Ocidental. A capital, residência do *oba* (rei), era a cidade do Benim, uma grande e bem organizada

metrópole, para os padrões africanos desse tempo.

No seguimento dos contactos estabelecidos por João Afonso de Aveiro, o *oba* do Benim enviou como embaixador a Portugal, talvez em 1484 ou 1486, o chefe da cidade do Uगतó (*Gwato* ou *Ughoton*), povoação com cerca de 2000 vizinhos, situada num dos braços do rio Formoso, uma das mais importantes escáfulas de escravos da região. O embaixador, “homem de bom repouso e natural saber”, no dizer de Rui de Pina, foi muito bem recebido por D. João II, tendo João Afonso de Aveiro sido encarregado de o levar de regresso a África, acompanhado já

Fig. 5 – Brasão de armas de Fernão Gomes da Mina, onde figuram as “mercadorias” que tinham feito a sua fortuna: ouro e escravos africanos. *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas* de António Godinho, c. 1518. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.



de grupo de missionários. Aveiro levava outra incumbência: instalar em Uगतó uma feitoria, não fortificada, que tinha como principal objectivo assegurar o abastecimento de São Jorge da Mina em escravos, coris e outros produtos locais. Os resultados, porém, foram muito insatisfatórios e a feitoria não tardou a fechar portas, não existindo já em 1506. Para isso, contribuiu a insalubridade da região e as dificuldades de relacionamento com o *oba*, renitente na conversão o cristianismo e, ao que parece, muito constrangedor da actuação dos feitores, uma vez que

Fig. 6 – Placa de latão do Benim representando um soldado português. De cada lado, aparecem manilhas de cobre, uma das principais mercadorias com que eram comprados os escravos nesse reino do delta do rio Níger. Museum für Volkerkunde, Viena (Áustria). Finais do Séc. XVI.



o comércio de escravos era monopólio régio. Era mais um falhanço no projecto iniciado por D. João II de cristianizar e de se relacionar pacificamente com os principais reinos da África ocidental, estabelecendo ao mesmo tempo uma rede de feitorias que integrassem o tráfico inter-regional, assegurassem as relações comerciais directas com Lisboa e pudessem ser um trampolim para uma eventual penetração no interior do continente africano. O cronista João de Barros, que considerava a África um “paraíso de naturais delícias” que não só disponibilizava tudo o que era necessário e proveitoso à vida humana mas ainda dava “almas criadas na inocência de seus primeiros padres”, atribuía o insucesso da fixação portuguesa ao clima doentio. Segundo ele, pelos pecados dos portugueses ou por oculto desígnio de Deus, “nas entradas desta grande Etiópia que nós navegamos, pôs um anjo percutiente com uma espada de fogo de mortais febres, que nos impede de penetrar ao interior das fontes deste horto”(1932, p. 120). No entanto, o encerramento da feitoria do Benim, se dificultou a existência de relações directas com Lisboa, não significou o fim do comércio com o reino. Navios saídos quer da ilha de São Tomé quer da do Príncipe continuaram a frequentar os portos, e a importar escravizados dos “rios” do Benim. Não tardará, no entanto, a chegar a concorrência estrangeira. Em 1553, com apoio de portugueses exilados na Grã-Bretanha, navios ingleses entraram pela primeira vez no rio de Benim. E seguir-se-iam os holandeses e os franceses, passando a ser os comerciantes da Europa do Norte os grandes intermediários do tráfico dessa zona, em direcção às Américas.

#### 1.4. As ilhas de São Tomé

Da mesma forma que o fracasso do projecto de instalação da fortaleza no rio Senegal favorecera as ilhas de Cabo Verde, o insucesso da feitoria de Uगतó beneficiou o arquipélago de São Tomé e Príncipe como entreposto no comércio de escravos com Lisboa, mas também com a Mina e com as Antilhas. A colonização do arquipélago começou pela ilha de São Tomé em 1485, ainda de forma hesitante, e ganhou um novo dinamismo, mercê do apoio régio, em 1493. A concessão de privilégios aos moradores, nomeadamente sobre o comércio de escravos na costa continental africana, foi uma das formas de atrair povoadores, uma vez que se tratava de um destino que era, na altura, o mais remoto que alguma vez envolvera portugueses e onde era elevadíssima a

mortalidade devida às doenças tropicais. Em 1485, foram autorizados a comerciar “nos cinco rios dos escravos que são além da fortaleza de São Jorge da Mina” (Marques 1971, p. 646) e, pela carta régia de 1493, podiam resgatar livremente “na terra firme, desde o rio Real e ilha de Fernando Pó até toda a terra do Manicongo” (Marques 1971, p. 423), uma vez que, por essa data, o comércio nos “rios dos escravos” tinha sido arrendado em exclusivo ao mercador-banqueiro florentino Bartolomeo Marchionni (Bruscoli 2014, p. 119). Se Lisboa fora, inicialmente, o principal destino do comércio

de escravos, a partir da década de 1520 passaram a ser as Caraíbas, conjuntamente com a Mina, a ocupar esse lugar. Por outro lado, a cana-de-açúcar levada da Madeira, adaptou-se muito bem nas ilhas de São Tomé e do Príncipe e, antes de meados do século XVI, o açúcar era já o principal produto de exportação. Apesar da importância do tráfico de escravos, a rota de São Tomé a Lisboa vai depender sobretudo do comércio do açúcar (Godinho 1990, p. 480) e só sobreviveu enquanto este sobreviveu.

Fig. 7 – Ilha de São Tomé numa carta de Petrus Bertius, Amesterdão, 1606, de acordo com um padrão português de cerca de 1595





Eram os navios que traziam o açúcar para Lisboa que preenchiam com escravos parte das suas capacidades de carga, como fez, por exemplo, em 1532, a nau *Ajuda*, de que era piloto João Eanes, que saiu de São Tomé com 1046 arrobas de açúcar, 16 dentes de marfim e 100 escravos, necessariamente mal acomodados<sup>1</sup>. Embora nem todas transportassem escravos, pelo menos em quantidade significativa, era grande o número de embarcações que, no século XVI, circulava entre o reino e a ilha de São Tomé. Uma memória de 1554 fazia a estimativa de “trinta a quarenta ou mais navios”<sup>2</sup>.

Por volta de 1585, o cosmógrafo português João Galego subia a parada e calculava, de forma aparentemente exagerada, em 50 a 60 o número de embarcações provenientes de São Tomé que chegavam anualmente a Lisboa “carregadas de açúcar (...) e de muita escravaria de negros”, embora sujeitas ao curso francês à sua chegada à Europa (1894, p. 979).

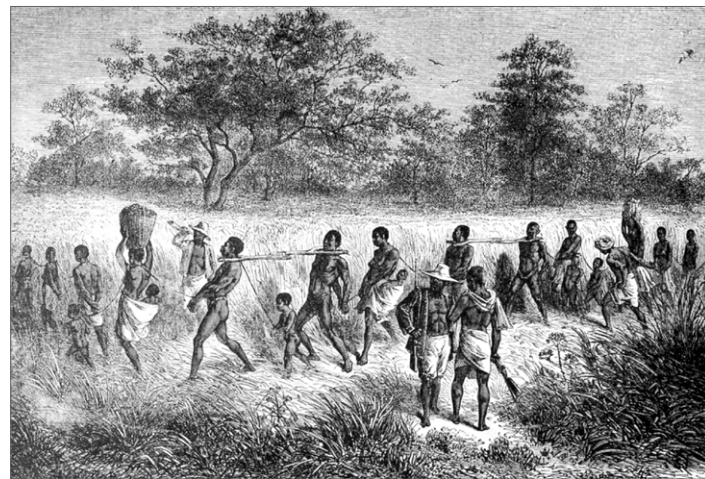
A Portugal eram destinados, de uma forma geral, escravos de segunda escolha, uma vez que, dos escravizados trazidos da costa de África, começavam por ser seleccionados os que se destinavam a São Jorge da Mina e às Antilhas. Os remetidos para a Mina deviam ser de ambos os sexos equilibradamente, “de boa idade” e sem qualquer defeito físico (incluindo verrugas), sendo devolvidos quando isso não acontecia. Para a América Central, invocava-se o “regimento das Antilhas” (não sei se alguma vez passado a escrito): o número de homens tinha de ser o dobro do das mulheres e todas as “peças” deviam ter de idade entre os 15 e os 40 anos, serem “boas e gordas e bem pesadas e escolhidas pelo piloto e por dois homens ajuramentados” (eram as chamadas “peças da Índia”), sendo, só depois disso, marcadas no ombro direito com a marca da Guiné (um G maiúsculo)<sup>3</sup>. Os escravos enviados para Portugal, ao cuidado da Casa da Guiné, quase só tinham em comum com os anteriores a marca no ombro. Aparecem designados umas vezes como “machos e fêmeas de todas as idades e qualidades” e outras como “refugo” ou como “rebotalho da Mina e das Antilhas”<sup>4</sup>. Quanto ao número de escravos chegados por essa via, estamos longe de dispor de séries completas e de certezas. Nos anos de 1525 e 1526 deixaram a feitoria de São Tomé 555 “peças”, mas só entraram 303 na Casa da Guiné<sup>5</sup>. Nos anos de 1532-1534,

saíram 1265, mas, com os que morreram no mar e as duas dezenas vendidas nas escalas nos Açores, só chegaram 785<sup>6</sup>. O que salta de imediato à vista é a enorme mortalidade dos escravos embarcados, atingindo valores muito superiores aos da rota das Américas. Somando todas as viagens, entre 1525 e 1535, para as quais dispomos dessa informação, a média anda próxima dos 35%. Esse valor dramático deve-se, provavelmente a um conjunto de factores: o mau estado de saúde e a pouca idade de alguns dos escravos; o choque das mudanças climáticas; a falta de espaço e as más condições a bordo. Não é também de excluir que alguns dos escravos declarados como falecidos fossem, na verdade, vendidos nos Açores, uma forma de escapar ao pagamento de direitos.

### 1.5. Os reinos do Congo e de Angola

Formado nos finais do século XIV, o reino do Congo atingiu a sua maior extensão no início do século XVI, data em que era o maior Estado da África centro-ocidental. Compreendia, olhando para a geografia política dos nossos dias, não só o Norte de Angola como parte das repúblicas do Congo (Kinshasa e Brazzaville) e atingia o Gabão, correspondendo *grosso modo*, à mancha actual dos falantes de Kikongo e prolongando-se ainda para Sul pela área linguística do Kimbundu. Embora estivesse longe de ser um reino centralizado, o rei (que se intitulava *mweneKongo* ou *ntotela*) dispunha de

Fig. 9 – Gravura com reconstituição do transporte de escravos. In *Woman Triumphant*. Rudolf Cronau, Nova Iorque, 1919.



um poder indiscutido sobre extensas áreas do território. Uma das principais fragilidades do Estado, nunca resolvida, era o problema da sucessão, tendo sido rara, ao longo de toda a história do Congo, a transição sucessória que não tivesse sido acompanhada por períodos de convulsão política, por vezes de extrema gravidade. Os primeiros contactos entre Portugal e o reino do Congo remontam às viagens de Diogo Cão (1482-1484). No regresso da segunda viagem desse navegador, já vieram a Lisboa representantes oficiais do monarca congo manifestando a vontade do seu soberano de conversão ao cristianismo e de aliança política, desejos a que o rei português corresponderia de forma entusiástica, enviando embaixadores, presentes e missionários. Estabeleceram-se, assim, desde o fim do século XV, relações estáveis de entendimento, estado a estado, entre Portugal e o Congo, com os respectivos soberanos a corresponderem-se regularmente, durante mais de um século, e a tratarem-se amistosamente como “irmãos”. Os primeiros mercadores que estabeleceram relações continuadas com o reino do Congo, tendo em vista o comércio de escravos, foram os moradores de São Tomé. Esses contactos devem ter começado muito cedo, sendo provavelmente anteriores a 1493, embora só documentados a partir do início do século XVI. Vai ser, porém, nas décadas de 1520 e de 1530 que as embarcações são-tomenses passaram a aportar com maior regularidade a Mpinda, na barra do rio Zaire, o porto atlântico do reino do Congo. Havia também, embora menos intensos, contactos directos com Lisboa. Em 1512, quando o rei de Portugal D. Manuel I, enviou, com poderes muito alargados, o seu embaixador Simão da Silveira ao Manicongo, uma das obrigações constantes do regimento era a de trabalhar para que os navios em que tinha viajado regressassem “o melhor carregados que fosse possível” de escravos e de outras mercadorias (Brásio 1952, p. 239). Além disso, também o soberano congo enviava aos seu “irmão” e congénere português, presentes de escravos: 78 em 1515 (Brásio 1952, p. 339), além de outras ofertas anteriores que o “rei do Congo e senhor dos Ambundos” D. Afonso I refere numa das suas cartas para o rei português D. Manuel I (Brásio 1952, p. 294-323). Entre 1531 e 1548, terão saído de Mpinda, anualmente, quatro a cinco mil escravos (Carreira, 1978, p. 35), a imensa maioria transportados em navios de São Tomé

e do Príncipe e, a partir do arquipélago, encaminhados, quase todos, para a Mina e para as Américas. As relações do monarca congo com os armadores de São Tomé foram muitas vezes tumultuosas, sendo a principal razão de conflito o facto de estes terem, desde cedo, começado a comerciar com regiões do reino Congo onde a autoridade do *ntotela* era mais contestada, o que promovia, implicitamente, a dissensão das províncias periféricas do reino. Os reis do Congo tudo vão fazer, nomeadamente, para evitar o contacto directo dos mercadores são-tomenses com o reino do Ndongo (a que os portugueses chamariam Angola), pois esse facto não só comprometia os lucros que os monarcas auferiam com comércio de escravos, como podia, sobretudo, significar a ruptura da vassalagem de uma das suas “províncias” mais influentes e, eventualmente, a perda, a prazo, da ilha de Luanda, fundamental no abastecimento de *nzimbu*, o pequeno búzio-moeda essencial para as trocas. No entanto, o *ntotela* não tinha meios para o impedir, pelo que os comerciantes são-tomenses continuaram a dirigir-se a Angola, primeiro à barra do rio Kwanza, depois também ao porto de Luanda, com o argumento de que, em Mpinda, já não conseguiam um número suficiente de escravos para a capacidade dos seus navios (Brásio 1953, p. 197). Os contratadores e outros comerciantes são-tomenses tinham, na boca do rio Kwanza ou na baía de Luanda, a possibilidade de ter acesso a mercados relativamente próximos da costa que permitiam carregamentos completos e mais rápidos do que no Congo, onde o porto de embarque de Mpinda ficava muito distante dos locais de aquisição e de concentração da mão-de-obra servil. Além disso, os traficantes de São Tomé sabiam que a maioria dessa mão-de-obra comprada no Congo era proveniente da zona a sul do reino, já em regiões de fala Mbundu, pertencentes ao reino de Ndongo (Birmingham 1974, p. 12-13). Era natural que procurassem o acesso directo à fonte de abastecimento, em vez de ficarem sujeitos a uma cadeia de intermediários que se traduzia em perda de tempo e em aumento dos preços. A partir de 1561, o Congo entrou num período de grave instabilidade política. O conflito interno, agravado por ataques vindos do exterior, levou ao encerramento temporário dos mercados de escravos e teve outra consequência importante: “legalizou” o processo, há anos em curso, de encaminhamento para Angola dos navios de São Tomé, que, até aí, se dedicavam ao resgate angolano de uma forma quase clandestina.

Tratou-se de um processo irreversível, que se nublou ainda mais durante o século XVII. Aproveitando a conquista de Luanda pelos holandeses (1641-1648), o rei do Congo privilegiou as relações com as Províncias Unidas, como forma não apenas de obter benefícios económicos imediatos mas também de dispor de maior margem de manobra estratégica nas suas relações com Portugal. Esse relacionamento tinha-se degradado progressivamente sobretudo porque a instalação dos portugueses, por meio da conquista das armas, no reino de Angola (desde sempre subsidiário do reino do Congo) representara um desafio à hegemonia congoleza. Luanda vai tornar-se, a partir do último quartel do século XVI, o grande porto de exportação de escravos para o mundo atlântico. No entanto, esses escravos destinavam-se sobretudo ao Brasil e à América Central, tornando-se irrelevante o destino europeu, a não ser de pequenas remessas de escravizados enviadas por particulares ou por eles trazidas no regresso a Portugal. Ao mesmo tempo, desaparecia a intermediação são-tomense, passando a ser arrematados separadamente, a partir de 1587, os contratos de arrendamento dos direitos régios referentes à exportação de escravos<sup>7</sup>.

## 2. A CHEGADA A LISBOA

### 2.1. O quadro institucional

O comércio com a costa africana que, em 1443, tinha sido concedido, como monopólio, ao Infante D. Henrique, passou, depois da sua morte (1460), a exclusivo régio. Mas, desde o início, logo que o movimento comercial começou a ter um volume significativo, se percebeu que era necessário criar instituições novas que o organizassem e superintendessem, nomeadamente em termos de cobrança das imposições fiscais, para o que se manifestavam já ineficazes os mecanismos alfandegários existentes. Ainda em Lagos, funcionou, com essas funções, instalada numas casas que eram do Infante, a Feitoria dos Tratos da Guiné (ou Casa do Trato da Guiné), transformada depois em Casa de Arguim e da Guiné, da qual dependia já, provavelmente, um almoxarifado dos escravos (Loureiro 2008, p. 63-65). Em 1463, pouco tempo após o passamento do Infante, a Casa de Arguim e Guiné foi definitivamente transferida do Algarve para Lisboa, vindo instalar-se no edifício da Casa de Ceuta. Não demoraria, porém, que as caravelas chegassem à Costa do Ouro e que D. João II mandasse

levantar a importante feitoria de São Jorge da Mina (1482), pelo que a instituição reguladora passou a ser designada só por Casa da Mina, embora apareça também chamada por Casa da Guiné ou por Casa da Mina e Tratos da Guiné, numa oscilação semântica nem sempre fácil de seguir. Com a inauguração da rota do Cabo por Vasco de Gama, em 1498, foi criada, por sua vez, a Casa da Índia, que, forte das especiarias orientais, abriu um chapéu principal onde se acolheu a Casa da Guiné, passando as designações mais correntes, mas não únicas, a ser as de Casa (ou Casas) da Índia e Guiné ou Casa(s) da Índia e Mina ou Casa(s) da Mina e Índias. Em 1500, numa altura em que, por causa da peste, a instituição, seguindo a corte, foi transferida temporariamente para Almada, o rei chamava-lhe “a nossa casa dos tratos de Guiné e Índias” (Meneses 1987, p. 10). Anos mais tarde, a deslocação do palácio real do sítio do Castelo para a Ribeira (onde foi inaugurado em 1505) vai transformar profundamente a zona baixa da Cidade e levará também a grandes obras de ampliação na Casa da Mina e Índias, chamemo-lhe assim. Será nessa altura que as duas repartições são desanexadas, passando a Casa da Índia e a

Fig. 10 – Lisboa numa gravura publicada por Georg Braun em *Urbium Præcipuarum Mundi Theatrum quintum*, c. 1598.



Casa da Guiné e Mina a funcionar separadamente, quer em competências quer em pessoal, tendo recebido, em 1509, regimentos próprios (Peres 1947). Mantinham, no entanto, a vizinhança e um feitor comum (que garantia a colaboração institucional), situando-se a parte administrativa, de ambas, no piso térreo do palácio que D. Manuel I mandara levantar<sup>8</sup>. Os armazéns respectivos, ditos Armazéns da Guiné, Mina e Índia ou Armazéns de Guiné e Índias, ficavam a poente do palácio, ocupando parte do que é a actual praça do Município, se é possível forçar a sobreposição em malhas urbanas tão difíceis de sobrepor (A. V. Silva 1941, p. 155). Era também aí que funcionava a Casa dos Escravos, em edifício autónomo ao lado (eventualmente integrado) no Armazém da Casa da Guiné, abrindo-se para a então chamada rua da Tanoaria. A Casa dos Escravos, dirigida por um almoxarife, com um escrivão ao seu serviço, era uma repartição da Casa da Guiné, e tinha como funções tudo o que se relacionava com a importação dos escravos. O edifício onde estava instalada, além de agregar também a tanoaria, era constituído pelos gabinetes do almoxarife e do escrivão e por uma ou duas grandes salas, devidamente trancáveis, onde ficavam, sob custódia, os escravos após o desembarque.

O primeiro almoxarife da Casa dos Escravos foi nomeado em 1486 e, como os seus sucessores no cargo, tinha entre os seus deveres organizar e dirigir (junto com outras repartições da Casa da Guiné) as viagens de tráfico das embarcações pertencentes à coroa e receber e vender os escravos no regresso dessas viagens. Superentendia, além disso, em toda a actividade dos particulares nessa área de comércio e cobrava os respectivos impostos, nomeadamente o “quarto” e a “vintena”, caso esses impostos não tivessem já sido satisfeitos na origem, nomeadamente nas alfândegas de Cabo Verde e de São Tomé. O “quarto” consistia no pagamento de 25% do valor total dos escravos recebidos e podia ser pago reservando, para a coroa, um lote com um quarto de cada conjunto de escravos ou recebendo, em numerário, a importância equivalente. A “vintena” correspondia a um vigésimo do total, teoricamente 5%, na prática 3,75%, uma vez que se calculava sobre os 75% que restavam após a cobrança do “quarto”. Sabemos que, na vigência do primeiro almoxarifado, entregue a João do Porto, terão entrado na Casa dos Escravos, entre 15 de Junho de 1486 e 31 de Dezembro de 1493, 3 589 escravos, dos quais pelo menos 1 648 pertencentes ao florentino Bartolomeo Marchionni, que, por essa altura, tinha o exclusivo do comércio dos “rios dos escravos”, no Golfo da Guiné (Bruscoli 2014, p. 119). Ao longo do tempo, diversos impostos e taxas foram sendo estabelecidos sobre a entrada de escravos mas,

Fig. 11 – Rua Nova dos Mercadores. Óleo s/tela. Society Antiquaries, Kelmscott Manor, Oxfordshire. [Esta imagem poderá ser atribuível a Jan Huygen van Linschoten e datável de entre 1580 e 1583 (?); cf. fig. 13. (Nota José Manuel Garcia)].





e registados pelos escrivães, eram levados para a Casa dos Escravos, à responsabilidade do almoxarife.

Ainda nesse dia ou no dia seguinte, toda a comitiva anterior (feitor, tesoureiro, etc.) devia proceder, por consenso, à avaliação individual dos escravos, pendurando ao pescoço de cada um deles um rectângulo de pergaminho com o preço que lhe atribuíam. Feita a soma de todos esses valores, obtinha-se o total em dinheiro dos escravos trazidos no navio. No caso de pertencerem a particulares, procedia-se à cobrança das taxas devidas, que podiam ser pagas com um lote de escravos, enquanto os restantes eram levantados pelos

proprietários ou pelos seus representantes, tão cedo quanto possível. Os que pertenciam ao rei, produto do “quarto” e da “vintena” ou que tinham sido trazidos à sua conta, ficavam na Casa dos Escravos, ao cuidado do almoxarife, até que ele os conseguisse vender. No entanto, o regimento recomendava ao feitor das Casas da Guiné e Índia que, até isso acontecer, os fosse “ver, visitar e curar de maneira que não morram nem se percam alguns, como muitas vezes acontece, por minguia de bom trato e cura”. Logo que curados, deviam ser avaliados e vendidos, “para não fazerem despesa na casa sem necessidade” (Peres 1947, p. 28-29 e 118).

Fig. 13 – Chafariz Del-Rei, onde era frequente a presença de escravos negros. Pintura da Fundação Berardo, Lisboa.



## 2.2. Negócios de compra e venda

Os compradores de escravos podiam adquirir-los directamente na Casa dos Escravos ou a comerciantes intermediários que os obtinham por grosso para revenda. João de Brandão (de Buarcos) diz, em 1552, que haveria, então, em Lisboa, 60 a 70 mercadores de escravos, “que [os] compram e tornam a vender” (1990, p. 207). No entanto, no inventário de 1565 existente no Arquivo Municipal de Lisboa, publicado com o nome de *Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a el-rei Nosso Senhor*, só é possível identificar três negociantes de escravos: Damião Fernandes, morador na rua da Ferraria do Ver o Peso; Luís Mendes, morador na Rua dos Ourives da Prata; e Paulo Dias, da Rua dos Sombreiraes (1947, vol. I, pp. 105-106 e 156; vol. II, p. 5). É provável que, no caso destas duas fontes, a primeira peque por excesso e a segunda por defeito, contemplando esta última apenas os negociantes que negociavam exclusivamente em escravos (Saunders 1994, p. 38). Em português, só dispomos dos documentos legais e de algumas informações soltas sobre o trânsito dos escravos desde o seu desembarque até ao momento da venda. Há, porém, relatos de alguns viajantes estrangeiros, surpreendidos com uma situação que era, para eles, digamos, pouco familiar. O nobre flamengo Jan Taccoen, senhor de Zillebeke, quando, em 1514, passou por Lisboa a caminho de Jerusalém, teve oportunidade de ver chegar um navio “carregado de especiarias” (falta de rigor da sua parte?) que, sob a cobertura, trazia cerca de trezentos escravos negros, homens, mulheres e crianças. Ficou chocado com o facto de todos virem completamente nus, mas também não lhe deixou boa impressão a forma como, depois, foram tratados. Saídos do navio, foram agrupados na praia e aí, ao Sol de Abril, foi-lhes dado de comer, em grandes gamelas (talvez as mesmas usadas a bordo), “uma espécie de trigo cozido, uma massa mole” (era provavelmente arroz, que ele desconhecia). Não tinham colheres, e o grupo que rodeava cada uma das gamelas usava as mãos para levar os alimentos à boca. Acabada a comida, foram obrigados a ir lavar as gamelas ao Tejo, gamelas que, em seguida, lhes foram enchidas de água doce. No entanto, a única forma que tinham de chegar à água era ajoelhando-se e “bebendo como animais” (Stols, Fonseca e Manhaeghe 2015, p. 124-125). Algumas décadas depois, em 1578, o viajante e mercador florentino Filippo Sassetti, acabado de desembarcar em

Lisboa, pôde também assistir, no porto, à entrada de um ou mais navios que traziam a bordo escravos em condições que o sensibilizaram. Além disso, não revela particular admiração pela Casa dos Escravos (se é dela que falava, como parece) e insurge-se contra a forma como compradores e vendedores tratavam os escravizados africanos, embora não hesite, linhas depois, em compará-los a animais, ajuizando-os pela cor da pele e pelo comportamento circunstancial. Diz assim: “É triste ver como os trazem amontoados na cobertura dos navios, aos 25, aos 30, aos 40, nus, mal alimentados, amarrados uns aos outros, costas com costas. (...) Uma vez desembarcados, metem-nos numa espécie de casota (*solicandola*, no original<sup>9</sup>), e quem os quer comprar, vai lá vê-los. Examina-lhes a boca, obriga-os a fazerem exercícios com os braços, a curvar-se, a correr, a saltar e a quantos movimentos e gestos pode fazer um homem são de corpo (...). Não resisto a contar a V.S. um episódio que me deixou boquiaberto, demonstrando, ao mesmo tempo, a miséria deles e a desumanidade de seus senhores. Vi numa praça da cidade, empilhados no meio do chão, cerca de uns 50 destes seres, formando num círculo em que os pés eram a circunferência e as cabeças o centro. Esforçavam-se todos por alcançar, de rojo, amarrados uns aos outros, uma grande barrica de madeira que tivera água. Detive-me a observar o que faziam. Todo o empenho daqueles desgraçados era poderem lambe as aduelas da barrica, por onde a água se escoara. Entre eles e uma vara de porcos que se afocinhassem na conquista de um lameiro, já pela acção, já pela cor, não havia diferença nenhuma...”<sup>10</sup>.

A “praça da cidade” a que Sassetti se referia era provavelmente o Largo do Pelourinho Velho, um dos topos da cosmopolita Rua Nova dos Mercadores, que corresponderia hoje, sensivelmente, ao quarteirão definido pelas ruas do Comércio, da Madalena, da Alfândega e dos Fanqueiros. Era um dos vários locais da cidade onde os mercadores vendiam escravos em leilão. João Brandão, em 1552, diz-nos que se tratava de “um chão onde tudo se vende em almoeda, onde se vendem em pregão muitos móveis (...) e outrossim se vendem muitos escravos em pregão...” (Brandão 1990, p. 101-102) Outras vezes, os escravos eram apreçados e vendidos “com um ramo na mão, pelas praças e ruas da cidade”. Aconteceu assim, em 1528, com 29 escravos vindos de Cabo Verde (Fonseca 2010, p. 149). Em Lisboa, e noutras cidades do país, não era permitida a

compra e venda de escravos sem a presença de um corretor, cargo de nomeação camarária. Esses corretores (que eram, por vezes, os mesmos que presidiam aos negócios de animais: “corretores de bestas e escravos”) auferiam uma percentagem de 2% sobre o valor do escravo ou escravos vendidos, percentagem cujo pagamento era repartido entre o comprador e o vendedor (Saunders 1994, p. 39). Era o corretor, pela sua experiência e pelo seu conhecimento do mercado, quem estabelecia os preços em cada situação concreta e era a sua presença, recorrendo para o efeito a um livro de registo, que dava um carácter oficial à transação, permitindo que o comprador pudesse reclamar posteriormente sobre problemas de saúde do escravo que lhe fora vendido ou que o vendedor denunciasse uma eventual irregularidade de pagamento. Em Lisboa, em meados do século XVI, período em que foi mais intensa a importação de mão-de-obra servil, a Câmara tinha acreditado seis a oito corretores dedicados exclusivamente ao negócio de escravos<sup>11</sup>. Na segunda metade do século XVII, já não constam esses intermediários especializados, só havia “corretores de escravos e cavalos” e apenas três tinham actividade regular<sup>12</sup>. Quanto à Casa dos Escravos não conhecemos notícias dela para lá do século XVI. Por seu turno, a Casa da Guiné (ou da Mina) “a partir dos fins do século XVI, começara a diluir-se na Casa da Índia” (Ferreira 1968, III, p. 66) perdendo de tal forma a autonomia antes conseguida, que o *Regimento de 1630* da Casa da Índia (1992) já não a refere como instituição independente. Em meados do século XVIII, ainda existia uma Mesa dos Escravos (A.D. Silva 1842, p. 665) mas as suas funções já eram então exclusivamente alfandegárias, como, aliás, acontecia com a própria Casa da Índia. O negócio de importação de mão-de-obra cativa apenas esperava o golpe de misericórdia que lhe será dado, em 1761, pelo marquês de Pombal, proibindo a entrada de novos escravos no país.

## Notas

- 1 T.T., *Corpo Cronológico*, II /178/49 de 12 Agosto de 1532.
- 2 T.T., *Corpo Cronológico*, I/94/28, 22 de Novembro de 1554. Memória enviada ao rei por Cristovão Nunes.
- 3 T.T., *Corpo Cronológico*, II /196/147, Conhecimento de 19 de Dezembro de 1534.
- 4 T.T., *Corpo Cronológico*, II /190/106, 11 de Junho de 1534 e II /207/15, 9 e 23 de Novembro de 1534.
- 5 T.T., *Corpo Cronológico*, I /47/97, 13 de Novembro de 1531.
- 6 T.T., *Corpo Cronológico*, I /57-58, II /174/85; II /176/56, II /178/49, II /181/122, II /181/129, II /182/67, II /184/17, II /190/106, II /195/41, II /207/15, II /207/15, II – 210-91, III /11/102.
- 7 Sobre o contrato e contratadores de Angola ver: Cruz 1966, p. 14-86.
- 8 A Casa da Índia continuaria em crescimento e, em meados do século XVI, teve mesmo direito a um novo edifício.
- 9 A palavra não aparece dicionarizada. Alguns dos comentadores italianos deste texto põem a hipótese de que pudesse tratar-se de um lugar ao ar livre, “ao sol”.
- 10 Carta para Baccio Veleri, em Florença, datada de Lisboa, 10 de Outubro de 1578 (Sasseti 1855, p. 126-127).
- 11 João Brandão (1552) diz serem sete ou oito; o Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa, etc.(1565) cita apenas seis.
- 12 Consulta da câmara a el-rei, 16 de Fevereiro de 1672 (Oliveira, 1893, vol. VII, p. 326).

## Bibliografia

- Barros, J. (1932). *Ásia*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Birmingham, D. (1974). *A conquista portuguesa de Angola*, Porto, A Regra do Jogo.
- Brandão, J. (1990). *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, Org. e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Horizonte.
- Brásio, A. (1952). *Monumenta Missionaria Africana*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, vol. I
- Brásio, A. (1953). *Monumenta Missionaria Africana*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, vol. II.
- Bruscoli, F. G. (2014). Bartolomeo Marchionni 'Homem de grossa fazenda' (ca.1450-1530). Un mercante fiorentino e l'impero portoghese. Florença: Ed. Leo S. Olschki.
- Carreira, A. (1984). Os portugueses nos rios de Guiné (1500-1900), Lisboa: s.n., 1984.
- Cruz, C. C. (1966). O tráfico negroiro da 'Costa de Angola', 1580-1640, Diss. Licenciatur. não public., Faculdade de Letras de Lisboa.
- Ferreira, M.E.C. (1968). "Casa da Mina", in Joel Serrão, dir., *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Fonseca, J. (2010). *Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista*, Lisboa: Colibri.
- Gallego, J. (1894) *Descrição e roteiro das possessões portuguesas, anotado e comentado por Gomes Brito*, Lisboa : Imprensa Nacional, 1894. p. 979. Sep. do *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, Série 13, nº 11.
- Godinho, V. M. (1984). *Os descobrimentos e a economia mundial*: 2ª ed. Lisboa: Presença, 1984, vol. IV.
- Godinho, V. M. (1990). *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar*. Lisboa: Difel.
- Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a el-rei Nosso Senhor no ano de 1565. Documentos para a História da cidade de Lisboa* (1947). 4 vols. Lisboa: Câmara Municipal.
- Loureiro, R. M. (2008). *Lagos e os descobrimentos até 1460*. Lagos: Câmara Municipal.
- Marques, J. M. S. (1971). *Descobrimientos Portugueses*, vol. III (1461-1500). Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1971.
- Mendes, A. A. (2004). "Portugal e o tráfico de escravos na primeira metade do século XVI", *Africana Studia*, nº 7 , pp. 13-30.
- Meneses, J. V. (1987). "As Terceiras de Lisboa", III, *Lisboa, Revista Municipal*, nº 19.
- Mota, A. T. (1971). *Novos elementos sobre a acção dos portugueses e franceses em Benim na primeira metade do século XVI*, Bissau: 1952. Separata do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº 27 (1952), p. 525.
- Mota, A. T. (1971). *D. João Bemoim e a expedição portuguesa ao Senegal em 1489*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- Oliveira, E. F. (1893), *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Tip. Universal, vol. VII.
- Pereira, D. P. (1956). *Esmeraldo de Situ Orbis*, Ed. Raymond Mauny, Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- Peres, D. (1947). Regimento das Casas das Índias e Mina. Coimbra: Faculdade de Letras.
- Regimento da Casa da Índia: manuscrito do século XVII existente no Arquivo Geral de Simancas*. (1992). Introd. e pref. Francisco Mendes da Luz. 2ª ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Rema, P<sup>de</sup> H. P. (1989). "Baptismo de um príncipe jalofo em 1488 na corte de D. João II e o método missionário na época dos descobrimentos", in *Congresso internacional Bartolomeu Dias e a sua época: Actas*. Porto: Universidade/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, vol. 5, pp. 495-522.
- Santos M. E. M. e Torrão, M. M. (1989). *Subsídios para a história geral de Cabo Verde: a legitimidade da utilização de fontes escritas portuguesas através da análise de um documento do início do século XVI: Cabo Verde ponto de intercepção de dois circuitos comerciais*. Lisboa: IICT, 1989.
- Sassetti, F. (1855). *Lettere edite e inedite*, Florença: Felice Le Monnier.
- Saunders, A. C. de C. M. (1994). *História social dos escravos e libertos negros em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva, A. D. (1842). *Collecção da Legislação Portuguesa. Suplemento à Legislação de 1750 a 1762*, Lisboa: Tip. Maignense.
- Silva, A. V. (1941). *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, 2ª ed., vol. II. Lisboa: Câmara Municipal.
- Stols, E., Fonseca, J., e Manhaeghe, S. (2015) *Lisboa em 1514: O Relato de Jan Taccoen van Zillebeke*, Lisboa e Vila Nova de Famalicão: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa e Edições Húmus.
- Vogt, J. L. (1973). "The Lisbon Slave House and the African Trade, 1486-1521", *Proceedings of the American Philosophical Society*, Vol. 117, pp. 1-16.
- Zurara, G. E. (1973). *Crónica da Guiné*, Porto: Civilização.